

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.068 - ES (2019/0258081-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES**  
**RECORRENTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**RECORRIDO : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROCURADOR : MARCOS JOSÉ MILAGRE E OUTRO(S) - ES016474**  
**INTERES. : ROBSON LUIZ RAMOS DE ALMEIDA**  
**INTERES. : ROGERIO RAMOS DE ALMEIDA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## **DESPACHO**

Vistos etc.

Conforme destaquei às e-STJ, fls. 149-150, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo admitiu o presente recurso representativo da controvérsia e determinou a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, em substituição aos Recursos Especiais n. 1.746.683/RS, 1.735.591/MT, 1.735.907/MT, 1.736.252/MT, 1.752.738/MT, 1.768.245/RS, 1.736.503/MT, 1.752.884/MT e 1.736.278/MT, os quais ensejaram a criação da Controvérsia n. 56 do STJ, que trata da seguinte questão: **possibilidade de fixação de honorários em favor da Defensoria Pública mesmo nas hipóteses em que esta litigue contra o mesmo ente público.**

Instada a se manifestar na forma do inciso II do art. 256-B do Regimento Interno do STJ, a Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer do Subprocurador-Geral da República José Bonifácio Borges de Andrada, opinou pela admissibilidade do recurso como representativo da controvérsia.

A discussão veiculada neste processo gravita em torno da manutenção, distinção ou superação do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça no **Tema repetitivo n. 128**, de que os "honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença", e no **Tema repetitivo n. 433**, de que "não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público integrante da mesma Fazenda Pública".

Essa questão jurídica é correlata à constante da **Controvérsia n. 56/STJ**,

# Superior Tribunal de Justiça

criada em decorrência de recursos indicados como representativos da controvérsia pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja relatoria de todos eles, por força do inciso I do art. 256-D do RISTJ, é do Ministro Francisco Falcão.

Entre os recursos especiais integrantes da Controvérsia n. 56/STJ, o Ministro Francisco Falcão, por meio das decisões publicadas no DJe de 28/2/2019, proferidas nos Recursos Especiais n. 1.735.591/MT, 1.735.907/MT e 1.752.738/MT, indicou a impossibilidade de submeter ao rito dos repetitivos recursos especiais sobre o tema aqui em debate, tendo em vista a identificação nesses feitos de duplo fundamento no acórdão recorrido (constitucional e infraconstitucional) sem que houvesse também a interposição de recurso extraordinário.

No presente processo, o colegiado de origem apresenta as seguintes razões como fundamentos centrais para a **impossibilidade** de se fixar honorários advocatícios a favor da Defensoria Pública do Espírito Santo em causa na qual o referido ente foi sucumbente (e-STJ, fl. 63-64):

[...]

*O tema da condenação do Estado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor da Defensoria Pública Estadual se mostra já corriqueiro nesta Corte, que possui entendimento que entendo, no mínimo, como amplamente majoritário quanto à inviabilidade da condenação pretendida.*

*Resta, há muito, consagrado o entendimento da caracterização da confusão na hipótese de condenação do Estado ao pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública Estadual.*

*Nestes termos, diz o enunciado de súmula 421 do STJ que "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença." (Súmula 421, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/03/2010, ale 11/03/2010).*

*Com isso, em demandas nas quais a Defensoria Pública Estadual consagra-se vencedora e a unidade da federação estadual respectiva figura sucumbente, não há fixação de honorários advocatícios em favor daquela instituição na medida em que integra o ente federado.*

*Vale mencionar que não se trata de negar a autonomia administrativa e a independência funcional da Defensoria Pública, vez que, por concluir que esta estrutura é mantida justamente por recursos do Estado, haveria confusão entre credor e devLor da verba*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*honorária, pois muito claramente, em algum momento, há comunicação financeira entre eles.*

*Desse modo, a redação do artigo 134, §1º da CF, que conferiu autonomia funcional e administrativa a Defensoria Pública, não altera a sua natureza jurídica, permanecendo como integrante do ente federado, sendo insuficiente, portanto, para afastar o instituto da confusão do artigo 381 do Código Civil.*

*Colabora, ainda, para aplicação da súmula acima transcrita, a conclusão do REsp 1199715/RJ que, decidiu, em sede de recurso repetitivo, que: [...]*

Assim, em exame perfunctório dos autos, plenamente passível de revisão pelo relator, identifico no acórdão do TJES **fundamentos** infraconstitucionais e constitucionais suficientes para a resolução da controvérsia jurídica relativa ao direito de honorários advocatícios à Defensoria Pública em hipótese que litiga contra o mesmo ente federado, havendo a interposição simultânea de recursos extraordinário e especial (e-STJ, fls. 89-102 e 74-87, respectivamente).

Dessa forma, na linha de outros despachos proferidos por mim nos recursos especiais integrantes da Controvérsia n. 56/STJ, entendo que a fundamentação consignada no acórdão da Terceira Câmara Cível do TJES justifica o processamento deste recurso como representativo da controvérsia para possibilitar ao STJ: a) reafirmar o entendimento e a sua aplicabilidade ao caso em questão; b) esclarecer se os casos são diferentes, firmando novo precedente qualificado, inclusive com eventual indicação de marco temporal para sua aplicação; ou c) revisar o seu precedente.

Por fim, importante consignar que idêntica questão jurídica foi recentemente admitida pelo STF para julgamento sob o rito da repercussão geral no Tema 1.002, Recurso Extraordinário n. 1.140.005/RJ, relator Ministro Roberto Barroso, cujo acórdão está assim ementado:

*Direito Constitucional. Recurso Extraordinário. Pagamento de honorários à Defensoria Pública que litiga contra o ente público ao qual se vincula. Presença de repercussão geral. 1. A decisão recorrida excluiu a condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública da União. 2. A possibilidade de se condenar ente federativo a pagar honorários advocatícios à*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Defensoria Pública que o integra teve a repercussão geral negada no RE 592.730, Rel. Min. Menezes Direito, paradigma do tema nº 134. 3. As Emendas Constitucionais nº 74/2013 e nº 80/2014, que asseguraram autonomia administrativa às Defensorias Públicas, representaram alteração relevante do quadro normativo, o que justifica a rediscussão da questão. 4. Constitui questão constitucional relevante definir se os entes federativos devem pagar honorários advocatícios às Defensorias Públicas que os integram. 5. Repercussão geral reconhecida. (acórdão publicado no DJe de 10/8/2018).*

Nesse sentido, é recomendável a tramitação deste recurso na condição de representativo da controvérsia (candidato à afetação) para possibilitar ao STJ a adoção de procedimento correlato ao STF de afetação de novos recursos especiais repetitivos, indicando que a questão será analisada pela Corte Superior sob o novo quadro normativo constitucional. Ainda mais porque não há notícia de que o STF determinou a suspensão nacional de processos em virtude do reconhecimento da repercussão geral da matéria.

Ante o exposto, com fundamento na parte final do caput do art. 1.041 e no art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, distribua-se este recurso por prevenção ao Recurso Especial n. 1.746.683/RS (201801411263).

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017